

Globalização, fragmentação e ecumenismo

Desafios de um mundo plural

Guilherme Lieven*
Sérgio Sauer**

Introdução

Este texto é uma tentativa de sistematizar as reflexões suscitadas na preparação, mas especialmente durante a realização do Curso de Verão — 1998 de Goiânia. O desenvolvimento do tema “*O fenômeno da fragmentação na busca da unidade: seitas, movimentos e ecumenismo*”, com mais de 200 pessoas, procedentes das mais diversas experiências pastorais, se constituiu num verdadeiro desafio. As tentativas de “traduzir” os debates atuais sobre a globalização e seus contornos suscitaram muitas reflexões.

A formulação inicial do tema sugeria a premência da unidade diante de um mundo fragmentado. O fenômeno da fragmentação é compreendido, portanto, como a força contrária, antagônica que impede a construção da unidade. Ainda mais, o tema sugeria a urgente busca de um projeto de sociedade que incluía, já no seu processo de construção, a unidade dos movimentos sociais, igrejas cristãs, religiões e movimentos religiosos.

O debate é complexo porque a globalização não coloca apenas o desafio da fragmentação, mas também a pluralidade e sua riqueza. Isto suscita indagações sobre as reais possibilidades ou mesmo a impossibilidade de uma unidade. Por outro lado, a busca da unidade, a partir da constatação de uma fragmentação, pode sugerir ou até mesmo impor a necessidade de uma “reconstrução” ou de uma volta ao passado.

Essa busca histórica agora enfrenta desafios estabelecidos por uma nova realidade. Isto nos fez constatar que a abordagem do tema deveria necessariamente incluir a perspectiva de um mundo não só partido em pedaços, mas plural, diverso. Tentando explicitar os problemas de uma unidade idealizada e a necessidade de encarar os desafios da diversidade, partimos do pressuposto de que é possível a articulação dos diferentes e das diferenças na construção de projetos comuns de sociedade. Isto evitaria que o ecumenismo em debate represente um processo de homogeneização e, conseqüentemente, destruição de identidades.

Optamos, portanto, por explicitar aspectos do atual processo de globalização,

avaliando os projetos econômicos, políticos e religiosos atuais, sem nos perdermos na apresentação dos diversos modelos teóricos e suas implicações ideológicas¹. Então, a partir desta visão, sonhar a unidade, abrir os olhos para possibilidades concretas de participar da história, como agentes situados em vários segmentos da estrutura social no contexto da atual “revolução” em curso.

1 - Características da globalização do capital

O objetivo deste texto não é aprofundar o debate sobre o processo de globalização, mas destacar algumas de suas características. Características estas que têm determinado mudanças profundas no conjunto da sociedade e, rompendo fronteiras, têm colocado novos desafios aos movimentos sociais em geral e às igrejas históricas em particular.

A chamada “terceira revolução industrial”, iniciada na década de 70, casada com a ideologia neoliberal, vai modificando rapidamente o panorama geográfico, econômico, social, político e cultural do mundo. Alicerçada na necessidade de rearranjo no processo de acumulação de capital, a globalização reúne um conjunto de fenômenos econômicos, políticos e culturais que atravessam as fronteiras das nações e diferenças históricas dos povos. A globalização, portanto, transcende um fenômeno meramente econômico. Ela, então, não é apenas um tema entre outros, mas uma categoria que exige uma revisão nas nossas concepções de mundo.

Uma das principais características da globalização, no nível macroeconômico, é o domínio da economia pelas transnacionais numa escala até agora desconhecida. A liberalização do mercado e a abertura comercial vieram acima de tudo facilitar as operações desses grupos. Dois terços do comércio internacional passam pelas multinacionais. Destes, um terço ocorre dentro do mesmo grupo. Através das aquisições, fusões, terceirizações, essas empresas chegaram a um profundo grau de controle sobre as mais diversas etapas da produção. Elas têm, hoje, condições de definir estratégias globais para sua acumulação.

É na implementação dessas estratégias que revela-se o caráter excludente da globalização neoliberal. A maior parte dos investimentos são oriundos dos países desenvolvidos e são aplicados neles mesmos. Em 1992, cerca de 70% dos investimentos diretos foram realizados nos países desenvolvidos (EUA, Japão e Comunidade Européia). Alguns poucos países periféricos fazem parte dessas estratégias, formando “ilhas de excelência” privilegiadas em detrimento de setores ou regiões excluídas. Aos excluídos restou a miséria, que deixou de ser característica apenas do Terceiro Mundo e chegou ao Leste Europeu.

A abertura comercial foi a principal exigência apresentada pelos países ricos ao resto do mundo. Para tanto, a maioria das pressões ocorreram a nível do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), embrião da atual Organização Mundial do Comércio (OMC). Esta instituição multilateral acordou um conjunto de normas

para a liberalização da economia em escala global. As tarifas de importação foram reduzidas, bem como as cotas ou quaisquer outros mecanismos protecionistas. A OMC tomou-se a mais poderosa organização multilateral e a assinatura de seus acordos evita a exclusão automática dos mercados globalizados.

O neoliberalismo nasceu, após a II Guerra Mundial, a partir de um texto de Frederico Hayek — *O caminho da servidão* — escrito em 1944. Foi uma reação teórica e política contra o Estado “intervencionista” e de Bem-Estar Social. Hayek tinha como objetivo atingir o Partido Trabalhista às vésperas das eleições gerais de 1945 na Inglaterra.

Depois da Guerra aparecem as bases do Estado de Bem-Estar Social. Simultaneamente surge a Sociedade de Mont Pélerin, formada por Hayek e adeptos da sua orientação ideológica.

Para Hayek o movimento operário tinha um poder nefasto. Os sindicatos diminuam os lucros das empresas necessários para o equilíbrio da economia e mercado. A força do movimento operário forçava o Estado a ter gastos sociais.

Os países ricos exigiram o fim de quaisquer outras barreiras ao livre comércio internacional, tais como cotas de importação, barreiras fitossanitárias, etc. Ademais, procura-se eliminar os subsídios estatais à produção para evitar deformações na livre concorrência. O Brasil, como os demais países de Terceiro Mundo, esmerou-se em cumprir todas as exigências, tornando-se um mercado bastante atraente para as empresas multinacionais. Reduziu suas tarifas médias de importação de cerca de 53% no início da década para cerca de 12% em 1996.

As conseqüências, para os chamados países emergentes, são evidentes tanto no déficit da balança comercial quanto na desestruturação de setores produtivos. O mesmo, entretanto, não acontece com as economias centrais como os EUA e a Europa, cujos mercados são altamente protegidos. Esses países desenvolvidos, portanto, só fazem o discurso do livre mercado enquanto isto não afeta seus interesses. Pressionam pela abertura comercial dos países pobres, mas protegem seus mercados com toda sorte de barreiras.

A globalização aumenta as desigualdades entre os países e entre as camadas sociais dentro dos países. Dilui a soberania das nações e debilita suas economias e sistemas financeiros, tornando-as dependentes de operações do sistema financeiro internacional oportunista e especulativo. O processo de globalização da economia provoca uma aproximação territorial (rapidez nas informações, fusões de empresas, internacionalização do trabalho) e um distanciamento social, através da exclusão de milhões de pessoas dos benefícios do mercado mundial. O desemprego em massa passou a ser o grande flagelo deste final de século.

A globalização destaca também o domínio do mercado financeiro sobre o próprio comércio internacional. O desenvolvimento tecnológico tem permitido a

realização de operações financeiras globais e grande mobilidade a esses capitais. Os avanços das telecomunicações e da informática permitem a realização de operações comerciais ou financeiras a longas distâncias em tempo real. Isto tem permitido que um volume cada vez maior do capital produtivo seja convertido em capital especulativo, a ponto de tornar economias como a mexicana e algumas asiáticas, para citar os casos recentes mais significativos, reféns dos interesses do poder financeiro.

Com a desregulamentação dos mercados, o crescimento da esfera financeira nos últimos 15 anos foi superior aos índices de crescimento de investimento, PIB e comércio exterior dos países desenvolvidos. Cerca de 1,5 trilhão de dólares percorre as principais praças financeiras do mundo em um dia. Este valor corresponde ao volume do comércio internacional de um ano.

O domínio do setor financeiro representa a materialização do domínio da aparência ou de uma representação artificial da produção. O processo de acumulação de capital, a produção do lucro não se dá pela industrialização ou produção de bens, mas pelo giro do dinheiro. Segundo Jacques Derrida, Marx descreveu ou definiu o dinheiro e, mais precisamente, o símbolo monetário, na figura da aparição ou simulacro. “Todo o movimento de idealização (*Idealisierung*) que Marx então descreve, quer seja uma questão de dinheiro ou de ideogramas, é um produto de fantasmas, ilusões, simulacros, aparências ou aparições.”² Neste sentido, o atual processo de globalização representa a acumulação capitalista materializada em seu lado fantasmagórico.

2 - A lógica da exclusão e a sociedade de risco

Certamente muitos teóricos discordarão de que a globalização e a ideologia neoliberal estejam montadas sobre uma lógica de exclusão. O objetivo aqui não é aprofundar este debate, especialmente sobre a existência ou não de uma “lógica”. O fundamental é reconhecer que concretamente o processo de reconfiguração do capitalismo, em especial através das novas formas de gerenciamento da mão-de-obra, flexibilização das relações de trabalho e uso de tecnologias poupadoras de trabalho humano, criou o *desemprego estrutural*.

Por outro lado, está evidente, a nível macroeconômico, que os países periféricos e semiperiféricos possuem cada vez menos chances de ingressar no time de elite da economia globalizada. Os níveis, ou desníveis, de investimentos diretos, como vimos acima, nos permitem prever que não há grandes planos para a maioria dos países do Hemisfério Sul.

Independentemente dos debates sobre a existência ou não desta “lógica”, Assmann conclui:

(...) o fator maior no mundo atual, e mais acentuadamente ainda em nosso país, é a adoção, consentida e celebrada como “modernização”, de uma férrea lógica da exclusão, que produz e perpetua uma assustadora “massa sobrando” de seres humanos, tidos como economicamente inaproveitáveis e, portanto, objetivamente descartáveis.³

No entanto, talvez isto não seja a *novidade* em termos de mudança estrutural do mundo no final do século XX. Na verdade, faz parte de uma novidade maior que Beck chama de *sociedade de risco*. Segundo ele, qualquer pessoa que conceba a modernização como um processo de inovação autônoma deve contar com a obsolescência da própria sociedade industrial. O outro lado desta obsolescência é a sociedade de risco. “Este conceito designa uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial.”⁴

Segundo Beck, esse processo de ameaça pode ser dividido em duas fases. Inicialmente, os efeitos e as auto-ameaças são sistematicamente produzidos, mas não se tornam questões públicas ou o centro de conflitos políticos. Um segundo estágio, no entanto, surge quando esses perigos e ameaças se tornam públicos e dominam os debates. “Neste caso, as instituições da sociedade industrial tornam-se os produtores e legitimadores das ameaças que não conseguem controlar.”⁵ Certamente, a “lógica de exclusão” contribui para a criação dessa sociedade de risco. Esta, sim, se constitui na *novidade* de um mundo globalizado.

3 - Informação numa interação do local com o global

O desenvolvimento da informática e das telecomunicações, além de agilizar o domínio do capital financeiro, abriu as portas para a rapidez na informação. Os limites deste ensaio não nos permitem aprofundar o debate sobre os meios de comunicação e suas influências, mas é importante salientar a emergência de canais de informação que aproximam geograficamente e dão visibilidade a tudo que acontece ao redor do mundo. A transformação das tecnologias de comunicação e o impacto globalizante da mídia, além de possibilitar que as pessoas estejam conscientes de muitos acontecimentos, criaram as condições para a “sensação de se viver em um mundo”. “É que a extensão global das instituições da modernidade seria impossível não fosse pela concentração de conhecimentos que é representada pelas ‘notícias’.”⁶

O bombardeio de informações e a “inexistência de fronteiras” aproximam o mundo territorialmente, mas também dão um ritmo frenético aos acontecimentos. Este ritmo dá um caráter efêmero à realidade em processo constante de mutação e mudança. Marc Augé trabalha com a idéia de que “a história se acelera”. Segundo ele, a superabundância de fatos e de informações sobre esses

fatos cria interdependências inéditas, ao mesmo tempo que provoca uma crise de identidade do mundo contemporâneo. Essa “aceleração da história” refere-se a uma multiplicidade ou excesso de acontecimentos, na sua maioria inesperados, que provocam uma crise de sentido. “O que é novo não é que o mundo não tenha ou tenha pouco ou menos sentido, é que sentíamos explícita e intensamente a necessidade diária de dar-lhe um: de dar um sentido ao mundo, não a determinada aldeia ou a determinada linhagem.”⁷

Além da aceleração do tempo, o mundo contemporâneo vive um problema com o espaço, numa correlação paradoxal de excesso de espaço e encolhimento do planeta. Vivemos num mundo que rompe qualquer fronteira e permite uma mobilidade interplanetária. A mobilidade é parte da identidade da pessoa moderna, pois as distâncias deixaram de ser obstáculos físicos para os deslocamentos.

Hoje, a mobilidade se tornou praticamente uma regra. O movimento se sobrepõe ao repouso. A circulação é mais criadora que a produção. Os homens mudam de lugar, como turistas ou como imigrantes. Mas também os produtos, as mercadorias, as imagens, as idéias. Tudo voa. Daí a idéia de *desterritorialização*. Desterritorialização é, freqüentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é, também, desculturização.⁸

O acesso à informação e a comunicação global, associados a fatores como a facilidade de deslocamento, transporte de massa e a globalização dos produtos, aproximaram como nunca antes a interdependência entre o global e o cotidiano, entre o mundial e o local. “Esta extraordinária — e acelerada — relação entre as decisões do dia-a-dia e os resultados globais, juntamente com seu reverso, a influência das ordens globais sobre a vida individual, compõem o principal tema da nova agenda.”⁹

Essa aproximação cunhou conceitos e termos como “ação à distância” (Giddens) e “glocalização” (Benko), alguns de difícil tratamento teórico. Como veremos mais adiante, diferentemente do processo de *mundialização*, *globalização* e mesmo *universalização* do ser humano, há também uma retomada da *corporeidade*, do *indivíduo* e do *local*. Nas palavras de Santos, “cada lugar é, a sua maneira, o mundo”¹⁰.

4 - A globalização neoliberal e a ideologia do “Estado mínimo”

As nações surgiram a partir da segunda revolução industrial (1880) e, conseqüentemente, passaram a ser um fenômeno associado à industrialização. A produção em massa, padronização da produção, produtividade e grandes investimentos dos estados exigiram identidades nacionais. A produtividade e a produção em massa não combinavam mais com sociedades até então segmentadas social,

cultural e politicamente. Os mercados nacionais foram estimulados e organizados para sustentar e articular o consumo, absorvendo o aumento da produtividade.

Como resultado da associação que se desenvolveu entre capitalismo e o Estado-nação, as sociedades modernas diferem de todas as formas de civilização preexistentes. O Estado-nação e a empresa capitalista eram ambos depositários de poder, nos quais o desenvolvimento dos novos mecanismos de vigilância assegurava muito maior integração social através do tempo e do espaço do que havia sido previamente possível.¹¹

A nação passa a cumprir a função de representar a totalidade dos grupos e classes sociais, promovendo a centralidade de uma identidade que transcende as diferenças e os indivíduos. A nação transforma-se numa instância de produção de sentido coletivo e social. O Estado viabiliza a concretização da nação, cria uma infra-estrutura “nacional”: estradas ligando as várias regiões do país, instalação das estruturas de comunicação (satélites, telefone, meios de comunicação).

A idéia de nação implica que os indivíduos deixem de considerar suas regiões como base territorial de suas ações. Ela pressupõe o desdobramento do horizonte geográfico, retirando as pessoas de suas localidades para recuperá-las como cidadãos. A nação as “desencaixa” de suas particularidades, de seus provincianismos, para integrá-las como parte de uma mesma sociedade.¹²

A constituição das nações, como correspondência entre unidades políticas e uma determinada cultura, tem sido fundamental no processo de criação das culturas nacionais, transcendendo os limites das tradições e limites locais. Essa constituição está na base das sociedades modernas e industriais, pois a nação substitui as tradições, costumes e privilégios por um espaço nacional integrado. “O Estado difunde, generaliza, impõe uma cultura já elaborada, particularmente uma língua que se torna uma língua nacional graças à escola, à administração pública e às forças armadas.”¹³

Essa concepção de um espaço nacional integrado é profundamente questionada pela globalização, não só pela abertura das fronteiras comerciais e possibilidades dos deslocamentos geográficos, mas também pela ideologia neoliberal do Estado mínimo.

Os estados-nação chegam ao seu auge durante as primeiras décadas do século XX, assumindo inclusive a forma de impérios. Até meados de 1970, tiveram uma expressiva acumulação de capital e poder, mas a bipolaridade socialismo-capitalismo, dividindo o mundo em dois grandes blocos, controlava as pretensões de domínio mundial de qualquer sistema.

A partir de 1973, inicia-se uma forte crise com o aumento do preço do petróleo e das taxas de juros internacionais. Vários países, como o Brasil, viveram a explosão da dívida externa, diminuição do crescimento econômico e recessão. É neste contexto que os governos neoliberais de Thatcher (Inglaterra) e Reagan (Estados Unidos) surgem com seu receituário de privatização, desregulamentação

e liberalização da economia. As nações foram adequando-se à proposta econômica de globalização dos mercados apostando na sobrevivência, e, aos poucos, grande parte dos governos do norte e praticamente toda a América Latina, exceto Cuba, foram aderindo e enquadrando-se no ideário neoliberal.

Na América Latina, os estados-nação surgiram pela força das ditaduras militares. Os exércitos aproveitaram o momento histórico e assumiram o poder político e criaram espaço e condições técnicas e estratégicas para a instalação da segunda revolução industrial. Promoveram a concepção de nação e estruturaram um Estado que garantia a legitimidade do modo de produção capitalista, sua ideologia e seus fenômenos agregados. A implantação das identidades nacionais assegurou liberdade de produção às grandes empresas multinacionais e grupos econômicos nacionais.

As privatizações e a quebra de monopólios estatais são as políticas comuns adotadas pelos governos neoliberais no processo de redução do Estado. A redução do controle estatal sobre o mercado materializa-se com a privatização de áreas como a siderurgia, telecomunicações, mineração, bancos. Ao Estado resta somente operar aquelas atividades que não interessam à iniciativa privada. Os efeitos da globalização e ideologia neoliberal, associadas à produção industrial segmentada, nova organização do trabalho e da produção, fluxo de quantias enormes de capital, interferem na estrutura social das nações.

As contradições e crises inauguradas pela globalização ganham uma dimensão que questiona os espaços e limites nacionais, atingindo o plano mundial. A identidade nacional, a unidade moral, mental e cultural, aos poucos é implodida. A nação perde a sua centralidade e o monopólio de conferir sentido às ações coletivas em uma determinada sociedade¹⁴, devendo competir com outras instâncias de poder que surgem na nova ordem mundial. O Estado-nação continuará tendo a sua função, porém sem o mesmo poder, determinação e influência do período histórico anterior.

A página da história é virada na década de 70, quando as transformações político-econômicas passam a questionar o poder das nações, suas fronteiras e restrições. Os estados-nação, que antes protegiam a concentração do capital, agora impedem o seu livre trânsito e processo de internacionalização. A ideologia do “Estado mínimo” é parte de um processo de reconfiguração da acumulação capitalista, mas também explicita uma das formas de redimensionamento do papel do Estado na sociedade moderna.

A ideologia do “Estado mínimo” baseia-se na crença da auto-regulação do mercado. O neoliberalismo reafirma a tese de que o livre mercado é capaz de organizar todas as relações humanas e produzir igualdade entre as classes sociais. O mercado livre passou a se constituir no fundamento da liberdade humana. Em outras palavras, o domínio do ideário neoliberal tornou tudo vendável. A nova

Weltanschauung (concepção de mundo) não passa de um processo em que tudo é transformado em mercadoria.

Os homens de *marketing* procuram, assim, nos convencer de que a globalização de seus produtos corresponde a uma “humanização” (sic) das relações sociais; enfim, os indivíduos encontrariam, à sua disposição, o mundo da fantasia com o qual tanto sonharam.¹⁵

O processo de globalização do capital inaugura um novo patamar no processo de acumulação do capital ou, em outras palavras, busca a hegemonia absoluta do mercado. Este paradigma está na base da redefinição do papel sócio-político do Estado-nação na construção de identidades e na retomada da “individualização”, como veremos a seguir.

5 - A reconfiguração da política e o retorno do indivíduo à sociedade

O redimensionamento do Estado afeta diretamente o processo político atual, não apenas em termos de democracia, representação e defesa de interesses, mas também na própria constituição da identidade das pessoas. Nesse processo de redefinições e mudanças, a *sociedade civil* retoma sua força como espaço de construção e poder.

Hegel foi o primeiro pensador moderno a separar conceitualmente a esfera política do Estado da sociedade civil. Segundo Habermas, para Hegel a sociedade civil é “a criação do mundo moderno” e “(...) encontra a sua justificação na emancipação do indivíduo ao qual confere liberdade formal (...)”¹⁶

Apesar de Nietzsche ter anunciado no mercado o surgimento do indivíduo como a mais nova invenção da modernidade, Touraine nega categoricamente que esta seja sinônimo de individualismo. Trabalha com a noção de sujeito, ou seja, o indivíduo livre e em controle de suas ações e situação. Isto lhe permite conceber suas atitudes e comportamento como componentes de sua história de vida. “*O sujeito é a vontade de um indivíduo de agir e de ser reconhecido como ator.*”¹⁷

Independentemente das polêmicas históricas sobre a relação entre modernidade, razão e indivíduo ou individualismo, a reconfiguração do papel do Estado, associado a outros fatores como a valorização da sociedade civil, esvaziamento da nação e outras instituições, eliminação de fronteiras, acesso à informação, recoloca o tema sobre o indivíduo e as formas de “fazer política”.

Giddens trabalha com a noção de que o indivíduo, o “eu”, está cada vez mais livre dos laços comunitários e é capaz de construir suas próprias narrativas biográficas. Desenvolve então o conceito de “política de vida” como uma política de identidade e uma política de escolha¹⁸. Segundo ele, é fundamental reconhecer a centralidade desta política em relação aos antigos domínios formais e menos

ortodoxos da ordem política. Essa centralidade advém de um rompimento com a antiga polarização entre esquerda e direita como marco definidor e referencial político. A perspectiva política da esquerda, intimamente relacionada à idéia de emancipação e liberdade, permanece importante. Essa política emancipatória permanece vital para a criação da autonomia de ação, portanto para um programa radical. No entanto, ela vem acompanhada de outras preocupações decorrentes de uma ordem globalizada.

A política de vida é uma política não de *oportunidade de vida*, mas de *estilo de vida*. Ela está relacionada a disputas e contendas sobre a maneira pela qual nós (enquanto indivíduos e enquanto humanidade coletiva) deveríamos viver em um mundo onde aquilo que costumava ser fixado pela natureza ou pela tradição está atualmente sujeito a decisões humanas.¹⁹

Ulrich Beck, por sua vez, trabalha com a noção de “subpolítica”, a partir desse entendimento de que não só o Estado, mas as instituições estão se esvaziando. “Por um lado, está se desenvolvendo um vazio político das instituições; por outro, um renascimento não institucional do político.”²⁰ A este renascimento ele chama de subpolítica, a qual está intimamente relacionada com o “retorno do indivíduo à sociedade ou às instituições”. Esses indivíduos, menos controlados pela tradição e pelas convenções, estão cada vez mais livres para inclusive fazerem oposição aos problemas impostos pela modernização.

De acordo com Beck, o conceito de “individualização” não significa atomização, isolamento ou mesmo o fim de todos os tipos de sociedade. “Individualização”, segundo ele, significa, primeiro, a desincorporação e, segundo, a reincorporação dos modos de vida da sociedade industrial por outros modos novos, em que os indivíduos devem produzir, representar e acomodar suas próprias biografias. Basicamente, esse processo de individualização representa a desintegração das certezas da sociedade industrial, mas a retomada do indivíduo como ator, planejador e diretor de sua própria história, identidade e compromissos.

Esse processo de individualização não é uma opção, uma escolha livre, mas é a criação de novas interdependências relacionando o local com o global. Aliás, a individualização e a globalização são os dois lados de um mesmo processo de modernidade. Para Beck, a individualização é uma compulsão, mas uma compulsão pela fabricação, o autoprojeto e a auto-representação, não apenas da própria biografia, mas também de seus compromissos e articulações à medida que as fases da vida mudam.

Esse processo de individualização não significa um desengajamento ou mesmo um esgotamento da política e de sua qualidade utópica. É um processo, no entanto, que coloca verdadeiramente a pessoa no centro das coisas e decisões, retomando a dimensão da subjetividade e a importância do sujeito na construção das relações de poder.

A impressão ainda prevalece de que a consciência e o consenso social “evaporam”

no “calor” dos processos de individualização, com certeza não é inteiramente falsa, mas também não é absolutamente correta. Ela ignora as compulsões e as possibilidades de se fabricarem compromissos e obrigações sociais, não importa até que ponto sejam experimentais (por exemplo, a representação do novo consenso geral em relação às questões ecológicas). Estas podem tomar o lugar das velhas categorias, mas não podem ser nelas expressadas e contidas.²¹

Scott Lash trabalha este mesmo tema, mas, diferentemente de Beck e Giddens, o faz sob a perspectiva do “próprio outro não articulado” da modernidade. Em outras palavras, concomitantemente ao “eu sou eu” de Beck e ao “eu cada vez mais livre” de Giddens, ele retoma a noção de *comunidade* na modernidade. Para Lash o conceito de comunidade não diz respeito nem a *interesses* nem a *propriedades*, mas sim a *significações compartilhadas*. “A comunidade não envolve a problematização crônica do significante, mas, ao contrário, está enraizada em significações compartilhadas e práticas básicas de rotina. Neste contexto, as práticas compartilhadas têm objetivos ou um *telos* que as orienta e elas são estabelecidas internamente à prática.”²²

Lash não faz uma contraposição entre comunidade e indivíduo nem se refere a ambos através de uma “dialética vaga”, em que a comunidade deixa lugar para o indivíduo. Enfatiza, porém: “O que é necessário é uma noção de envolvimento nas práticas comunais a partir das quais o ser individual se desenvolve.”²³

6 - Globalização, fragmentação e pluralidade

Conforme afirmamos na Introdução deste texto, a formulação inicial do tema partiu de uma concepção de um mundo fragmentado, despedaçado. No embate teórico sobre o contemporâneo, há divergências sobre esta visão. Alguns teóricos contestam entendimentos que identificam a globalização com padronização e em contraposição a um processo de fragmentação das sociedades. Esse debate extrapola em muito as nossas pretensões; por isto tomamos como referência concepções que consideram a existência (ou tensão entre) de um mundo fragmentado e plural.

Em primeiro lugar, é fundamental compreendermos que a fragmentação não é um fenômeno novo, resultado puro e simples da globalização. Ela sempre esteve presente nas estruturas sociais, mesmo com os anos de história da construção das nações e projetos de homogeneização da sociedade dos países. Ela tem existido, explícita ou dissimulada, associada à resistência cultural, política e social dos diferentes povos. O fenômeno da massificação, associado à produção padronizada e em massa de bens materiais, espirituais e culturais para consumo, nunca completou a sua vitória.

O fenômeno da fragmentação não nasce com a globalização, mas está intimamente associado com as atuais mudanças estruturais do mundo. Mudanças estas ocasionadas pelo processo de globalização do mercado, redefinição do papel do

Estado e individualização das sociedades. O que temos hoje, portanto, é um novo patamar de fragmentação, associado às novidades tecnológicas, globalização da economia, *overdose* de informações e nova etapa da modernidade.

As mudanças em curso transcendem as dimensões econômicas. Elas atingem o conjunto da sociedade, cultura, relações políticas e mesmo os movimentos sociais. Nesse sentido, a globalização dos mercados tem sido interpretada também como um processo de padronização da conduta, homogeneidade e constituição de um mundo “plano”, onde todos devem se comportar de forma idêntica, consumindo os mesmos produtos.

A globalização, no entanto, não é um processo linear como, por exemplo, a pura e simples homogeneização dos mercados. É verdade que há um triunfo do valor de troca, constatação que levou Jameson a desenvolver o conceito de “cultura do simulacro”²⁴. Mas, segundo Anthony Giddens, a “globalização não é um processo único, mas uma mistura complexa de processos, que freqüentemente atua de maneira contraditória, produzindo conflitos, disjunções e novas formas de estratificação.”²⁵ A revitalização dos nacionalismos locais e uma intensificação de identidades locais estão diretamente ligadas e em oposição ao processo de globalização.

O mundo contemporâneo é, portanto, caracterizado também por uma pluralidade ou multiplicidade de opções. As contradições da globalização têm gerado uma diversidade de expressões culturais, sociais e políticas, mesclando uma ausência de valores com uma desconcertante abundância de possibilidades. Essa abundância tem uma influência direta sobre a liberdade de expressão e formas de vida dos indivíduos (ideal do indivíduo autônomo), o que nos conduz a uma interpretação positiva do mundo moderno. Essa pluralidade é, portanto, uma mescla entre resistência à massificação da globalização e efemeridade de um cotidiano que é incapaz de organizar e dar sentido à vida das pessoas.

As tendências das artes visuais demonstram bem a pluralidade e fragmentação, típicas de nosso tempo. Há uma tendência ao pastiche ou a uma mescla exacerbada de estilos estéticos, favorecendo o ecletismo e a mistura de códigos e mensagens²⁶. Essa mistura ou pluralidade favorece, no entanto, a livre expressão das pessoas, seus desejos e sonhos. É a possibilidade do indivíduo, livre das amarras comunitárias, construir suas próprias narrativas biográficas (Giddens), inclusive em termos religiosos.

7 - Globalização e ecumenismo

Apesar de o conceito de ecumenismo ser recente²⁷, a aspiração pela unidade dos cristãos é tão antiga como a própria história do cristianismo. Desde o início, ecumenismo tem sido definido como um propósito de Deus porque a divisão é um escândalo e um obstáculo para a construção da vida e luta contra os poderes e projetos de morte. “Não podemos nascer e viver tranqüilamente em igrejas sepa-

radas, sem reconhecer com o apóstolo Paulo quão grave é o escândalo da separação, porque divide o que é indivisível: o Corpo de Cristo.”²⁸ A divisão entre os cristãos impede a sua missão profética e a construção de sinais concretos do reino de Deus no mundo.

Vítor Westhelle, num texto intitulado “Crises da sociedade — crises da Igreja?”, constata que o grande problema não é a perda de capacidade de levar a paz para a esfera do social, mas a Igreja perdeu também sua capacidade de pensar teologicamente os conflitos sócio-políticos²⁹. Parece-nos que exatamente aqui reside o grande desafio do ecumenismo contemporâneo, ou seja, repensar a busca da unidade numa sociedade globalizada e excludente. A luta pela construção dessa unidade e ecumenismo, portanto, deve levar em conta essa realidade fragmentada e plural. Deve incluir o grito (silencioso) de socorro da grande e assustadora “massa sobrança” de seres humanos.

As pessoas, produtos, mercadorias, imagens, idéias controladas pelo mercado e novo modo de produção, confundem-se e igualam-se como reféns de influências globais e uma vida cotidiana marcada pela efemeridade. Esta nova realidade desloca e enfraquece o espaço e o poder da religião, desmonta a tradicional administração do sagrado (Durkheim) controlada pelas instituições religiosas históricas. A mobilidade, a cultura do simulacro, a exclusão, a individualização evidenciam um vazio religioso e a necessidade de celebrar, gerir e defender a vida nas novas sociedades globalizadas.

Esse é o desafio e lugar privilegiado do ecumenismo. É importante lembrar aqui que as propostas e experiências ecumênicas sempre estiveram marcadas por motivações históricas e pela pluralidade da Igreja cristã. Essa característica abre novamente para re-organizar o espaço do sagrado, concedendo-lhe cores novas, linguagem e mobilidade.

O novo lugar do ecumenismo deve abranger a realidade toda, tomando a forma de uma busca alternativa por vida e comunhão. Isso legitimado pelo desejo de Deus de unidade e comunhão na sua criação e para suas criaturas. Jesus orou assim: “Que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti; que eles estejam em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste. Eu lhes dei a glória que me deste para que sejam um, como nós somos um: eu neles e tu em mim, para que todos sejam perfeitos na unidade e para que o mundo reconheça que me enviaste e os amaste como tu me amaste.” (João 17.21-23.) O evangelho de Jesus é unidade pelo serviço ao outro e pelo amor, pelo chamado para a luta contra a morte: “(...) e haverá um só rebanho e um só pastor.” (João 10.16.)

As igrejas surgiram para servir no mundo e ao mundo. A falta de unidade coloca as igrejas na contramão da história, subvertendo seu propósito fundamental. Esse propósito consiste na luta pela vida plena, anúncio da doação da vida e do próprio Deus da vida. O evangelho de Jesus é unidade pelo serviço e amor ao outro, chamado para a luta contra a morte. A participação ativa e concreta na

construção do reino de Deus deve conviver com a realidade histórica marcada pela fome de 800 milhões de pessoas, desemprego, injustiça, desigualdade, violência — tragédias humanas opostas ao plano de Deus.

Não se trata de um ecumenismo “sentimental” que comprometa a pluralidade histórica, as riquezas culturais intrínsecas às convicções, às linguagens e às manifestações concretas da fé. Também não é possível uma unidade subjetiva, teórica, alienada do curso histórico e da realidade concreta daqueles que se unem. Aquela unidade ingênua “só por amor a Jesus Cristo”, idealista, marcada pela espiritualidade escatológica da unidade, como se ecumenismo pudesse acontecer sobre um vazio histórico.

É fundamental a construção de um ecumenismo marcado pelo propósito da missão da Igreja de Jesus Cristo no mundo: anunciar a vida e viver concretamente unidade e libertação. Este é um projeto concreto e histórico que inclui todos os povos de Deus, sua criação e sua ação dinâmica criadora. A V Conferência Mundial de Fé e Ordem do Conselho Mundial de Igrejas colocou essa missão nos seguintes termos: “Deus deseja a unidade para a Igreja, para a humanidade e para a criação porque Deus é a *koinonia* de amor, a unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Esta *koinonia* vem a nós na forma de um dom, (...) Ela está no Espírito Santo que nos impele à ação.”³⁰

Conforme vimos acima, concorrem contra esse desejo histórico de unidade não só as diferenças internas entre os diversos grupos cristãos, mas também novos desafios de um mundo em constante processo de transformação. O grande projeto neoliberal da globalização da economia que anuncia a salvação do mundo através da mundialização do mercado e projetos políticos comandados pelo domínio mundial do capital financeiro. Esta salvação não considera todos os povos, exclui os empobrecidos de todos os países, tomando os recursos naturais do planeta grandezas descartáveis.

O aprofundamento do processo de exclusão da imensa maioria da população de qualquer benefício da produção é um dos principais desafios para o ecumenismo e para as igrejas que defendem a vida. Na verdade, esse processo de exclusão e marginalização não é novo, nem o desafio daí decorrente. A “novidade” está no seu aprofundamento e nos demais fatores que promovem a “sociedade de risco”, desemprego e exclusão social.

O mundo objetivo, a realidade histórica está em crise. Retomando a contribuição acima citada de Beck, podemos afirmar que o estágio atual do processo de desenvolvimento da sociedade indica a falta de controle das crises sociais e econômicas por parte das instituições criadas pelo mercado e pela globalização na nova fase industrial. Neste curso histórico acontece uma dissociação entre o objeto e o sujeito. Para a “massa sobrança” o mundo e a realidade estão novamente sem explicação. A pessoa nesse processo tornou-se uma espectadora da realidade.

A história apresentada (especialmente pelos meios de comunicação de mas-

sa) mostra-se sem começo nem fim, como um conglomerado de fatos e episódios sem continuidade, onde tudo passa e nada permanece. Tem a forma de um jogo em que alguns ganham e muitos perdem. O tempo e o espaço são desintegrados e confundidos pela mobilidade global. A pessoa entra num ritmo de constante mutação e mudança sem o seu próprio controle. Ela vive uma espécie de solidão e busca o seu projeto próprio, o seu autoprojeto de vida. Nessa crise assistimos à valorização do mundo subjetivo, geralmente deslocado de qualquer responsabilidade objetiva com a realidade e a história onde a pessoa assume o papel de espectador privilegiado, ainda sem nenhuma perspectiva de compartilhar o seu projeto pessoal com a sociedade ou comunidade.

Nesse contexto acontece o retorno à espiritualidade, a volta à religião. No lugar de um “eclipse do sagrado” surge o pluralismo religioso, marcado pelo mercado da fé, que desmonta os absolutismos eclesiais e religiosos. Este é o novo lugar do desejo histórico de construir a unidade e defender a vida. A proposta do ecumenismo pode se colocar nesse novo contexto plural de crise e solidão como a articuladora da pluralidade, valorizando as riquezas expostas pelo novo processo de desenvolvimento. A crise das verdades eclesiais e religiosas das instituições, o grito de socorro pela vida e a vocação para a unidade abrem caminho para o ecumenismo. O caminho que inclui a construção de uma nova ética e legítima serviços libertadores em que participam as vítimas, os excluídos da nova e poderosa fase de industrialização.

Hoje a própria vida corre perigo de morrer (...) Não existe coisa nenhuma de que tenhamos mais necessidade que da *missão da vida*, para voltarmos a afirmar e amar a vida a ponto de protestarmos contra a morte e contra todos os poderes que difundem a morte. Não é de uma nova religião que estamos precisando. Mas de vida, de vida plena, completa e indivisível.³¹

A globalização está promovendo sociedades em que as instituições perdem o controle do desenvolvimento e das relações de poder; sociedades plurais que neutralizam as históricas e tradicionais fundamentações eclesiais e religiosas que sempre legitimaram e controlaram a convivência humana na sociedade. As novas sociedades confinam a religião ao âmbito privado, individual, afetivo, familiar, desmontando todas as possibilidades e potencialidades de influência ou mobilização na construção de alternativas ao atual curso histórico. Não há oposição à dimensão religiosa, mas limitações de seu espaço ao mundo da vida pessoal. Essa conjugação de poder e de forças invisíveis vem enfraquecendo os projetos exclusivistas, autoritários, vestidos de donos da verdade. Por outro lado, promove uma espécie de pânico que aproxima os diferentes na construção de rotas comuns. Mais do que isso, abre espaço para a reorganização das forças e relações religiosas rumo à defesa da vida, incluindo as práticas plurais e individuais emergentes.

A opressão, fome, dominação, desemprego, falta de rumo e poder de interferência nos rumos estruturais da sociedade primeiro levam as igrejas ao refluxo

e recuo às suas raízes e tradições. Depois de encurraladas e isoladas no seu “mundo”, procuram por saídas. O ecumenismo constitui-se numa saída plausível e necessária. Resta saber se há disposição para romper com o conservadorismo confessional que sempre funcionou como uma resistência às novidades. Esperamos que os caminhos da unidade nos levem para a resistência à opressão e a construção ou reconstrução de novas realidades e vida no âmbito das sociedades globalizadas.

Confessar em comunhão a fé no Deus da vida implica assumir a realidade fragmentada e plural, engajando-se em projetos que protegem a vida. Não se trata de construir uma nova sociedade, mas, na era globalizada, marcar o caminho da vida com rastros comuns com o ícone do evangelho.

II - As dificuldades do ecumenismo

Um fato longe de nós: Aumentaram as desconfianças, as dificuldades de diálogo entre os ortodoxos e católicos a partir de 1989, quando comunidades não ortodoxas foram reorganizadas nos países de regime comunista — suspeita de proselitismo.

As religiões monoteístas são mutuamente exclusivas: cada uma oferece um modelo de construção do mundo que ela garante ser o único possível. Se existe apenas um Deus, que exige ser cultuado de uma só maneira, e se diante de mim está o outro, que afirma a mesma coisa, então um de nós está errado. Não se trata de uma simples questão que uma boa conversa resolve. O mundo dele nega o meu. Se o mundo dele é verdadeiro, então o meu mundo é falso. Esta é a razão das guerras religiosas... (Monique Augras.)

Dificuldades que conhecemos: Os líderes e o povo das igrejas pentecostais e batistas vêem o ecumenismo como uma armadilha da Igreja Católica para trazer de volta os membros que perdeu. Dizem: “Quem tem fé em Jesus Cristo já pertence à igreja verdadeira de Cristo, não é preciso unidade.” “Evangelificar é fazer adeptos. O ecumenismo exige respeitar a fé do outro, então é impossível a evangelização.” “Há igrejas que não combatem os vícios que comprometem as pessoas com o mundo, antes do ecumenismo com estes é preciso o exorcismo.”

III - As ilhas de ecumenismo

As grandes lutas do povo empobrecido em nosso continente promoveram experiências ecumênicas que marcaram a história dos movimentos sociais e políticos. As causas comuns e as lutas comuns reuniram os diferentes mercados pela mesma realidade histórica. Os conselhos ecumênicos foram impulsionados por este ecumenismo chamado de “ecumenismo de base”. Conhecemos algumas: a luta pela terra e pela reforma agrária; a luta e a causa dos povos indígenas na reconquista das suas terras, direitos, cidadania e dignidade; os movimentos urbanos de

moradia, emprego; a luta pelos direitos humanos, contra a violência e o genocídio promovidos pelos poderosos...

IV - Teologia ecumênica

Também o falar de Deus contextualizado nas lutas do povo de Deus promoveu elaborações teológicas, orações, liturgias comuns para comunidades de igrejas diferentes. A teologia da libertação não teve o ecumenismo como objetivo, mas sempre foi ecumênica quando extrapolou as fronteiras confessionais e facilitou a leitura da revelação de Deus no contexto histórico dos oprimidos marcados por culturas, igrejas cristãs e religiões diferentes.

A leitura ecumênica da Bíblia já tem a sua história, catalisada e organizada em muito pelo CEBI.

Podemos dizer que já existe uma teologia ecumênica. Ela está presente nos espaços onde há celebrações da luta do povo e onde se busca, com Deus presente na história, lutar pela vida.

Jubileu - o novo milênio

(*Jobel*, carneiro — chifre de carneiro usado como instrumento para anunciar o julgamento ou o chamado de Deus — ano do *jobel*, jubileu.)

A idéia de jubileu apareceu na América Latina e no Vaticano.

Na América Latina no final da década de 80 e início dos anos 90, quando começaram a falar na comemoração dos 500 anos da invasão do nosso continente pelos europeus, vários bispos católicos propuseram um jubileu extraordinário de anistia das dívidas interna e externa dos países latino-americanos e de devolução das terras aos seus primeiros donos. Ninguém levou a sério a proposta.

Em novembro de 1994, João Paulo II publicou a carta convocando um grande jubileu para o ano 2000 — para fazer de 2000 um ano santo da graça de Deus. Foram convocadas igrejas cristãs e religiões abraâmicas em Jerusalém.

O “um ano santo da graça de Deus” propõe o advento de uma cultura da paz para o mundo, cancelamento das dívidas externas dos países, para a humanidade entrar no novo milênio voltada para a fraternidade e com mais justiça.

O propósito é unir os cristãos para iniciar um grande jubileu bíblico que inclui a correção das injustiças do mundo.

Em carta aos cardeais, o papa convocou toda a Igreja Católica para o arrependimento, para pedirem perdão a Deus e à humanidade “por tantas atitudes de intolerância e violência que, no passado, foram cometidas em nome da fé: guerras de religião, tribunais de inquisição e outras formas de violação dos direitos das pessoas. Frente ao grande jubileu a igreja precisa de *metánoia*, conversão.”

“A nova evangelização tem de ser ecumênica para corrigir o pecado de antes

e converter-nos de tudo o que prejudicou aquela unidade querida por Deus para o seu povo”. (TMA, 34 — João Paulo II.)

Os bispos do Brasil, na 34ª Assembléia Geral da CNBB, delinearam um projeto para colocar em prática, na realidade brasileira, a proposta de jubileu apresentada pelo papa João Paulo II.

O jubileu celebrado em concílios (Concílio Universal?) e grandes encontros, e não situado nos contextos plurais e diversificados das culturas na terra, corre o risco de servir mais às empresas de turismo do que à proposta do jubileu.

A CNBB divulga e articula a contextualização do projeto do jubileu/2000. Chamou a atenção, foi corajosa quando decidiu entregar a Campanha da Fraternidade do ano 2000 (ou a partir dele) ao CONIC, que passa a ser uma campanha ecumênica com o engajamento igual das diferentes igrejas do CONIC.

A CNBB apresenta o jubileu como um ano da libertação de todos. Lembra que o papa propõe uma celebração a nível mundial e outras a nível local. As igrejas são convocadas a fazer celebrações regionalizadas e inseridas na realidade local. O projeto obedece ao plano do papa e apresenta uma proposta de três anos de preparação para o jubileu — 1997: Jesus Cristo, fé e batismo; 1998: Espírito Santo, esperança e crisma; 1999: Deus Pai, caridade e reconciliação.

Os limites do Jubileu

* A proposta pode ficar restrita ao âmbito eclesiástico e marcada por conteúdo espiritualizante, impedida de promover transformações concretas nas estruturas sociais e econômicas do mundo, tímida em relação à denúncia da injustiça e da desigualdade que imperam no mundo.

* A proposta é ambígua em relação ao avanço para uma unidade jubilar que vá além dos cristãos. O macroecumenismo está restrito às religiões abraâmicas.

* As motivações ecumênicas estão misturadas com análises referentes à perda de membros por parte da Igreja Católica. O projeto de preparação para o jubileu tem uma roupagem, um conteúdo que propõe uma espécie de nova evangelização interna da Igreja Católica. Colaboram com os que suspeitam das iniciativas ecumênicas da Igreja Católica como tática para “salvar a Igreja Católica”.

* A proposta ainda revela uma eclesiologia de cristandade com sede em Roma e com filiais no mundo inteiro. Todos são amados por Deus, mas uns têm a Palavra e o Espírito e os outros têm apenas as “sementes da Palavra”.

* O ano 2000, a comemoração do aniversário de Jesus Cristo, não é de igual importância para todos. Além dos cristãos não saberem exatamente a data em que Jesus nasceu, as outras religiões têm outros calendários: para nós será o ano 2000, para os judeus o ano 5760, para o islã 1421 da hégira (era maometana — 622). Os chineses têm um calendário lunar em que o ano começa em fevereiro. Estes são mais da metade da humanidade.

Ecumenismo e globalização

A realidade humana globalizada sugere o ecumenismo

O ecumenismo é um processo que se desenvolve com altos e baixos. Mas o final do milênio, o projeto de jubileu para o ano 2000 e a realidade histórica marcada por um poderoso projeto de exclusão parecem aquecer a busca pela unidade, a união para fortalecer a defesa da vida e a missão da salvação no mundo e do mundo.

“As religiões em vez de tropeçar uma nas diferenças das outras, deveriam olhar juntas, com profunda *pietas*, para o planeta em perigo e para a humanidade ameaçada pela fome, pela violência e pelas injustiças.” (Luiz Alberto Gómez de Souza — sociólogo.)

O Concílio Vaticano II definiu ecumenismo como “atividades e iniciativas ordenadas a promover a unidade dos cristãos”. E é chamada de diálogo inter-religioso a relação das igrejas cristãs com as outras religiões: budismo, hinduísmo, islamismo, judaísmo, religiões populares, etc. E, aos poucos e timidamente, surge o macroecumenismo centrado no projeto de vida maior que inclui todas as religiões que buscam a salvação da vida e do planeta. A 1ª Assembléia do Povo de Deus, reunida em Quito, Equador em 1992, já arriscou a seguinte conclusão: “Além de potenciar cada dia mais o ecumenismo entre as igrejas cristãs, propomos que se dê um maior impulso à unidade do cristianismo com as outras religiões, especialmente as religiões populares latino-americanas. Deus tem um sonho: a unidade da família humana, dentro da lei suprema do amor.”

Luiz Alberto Gómez de Souza: “As religiões devem (...) concentrar-se no essencial da salvação e encontrar-se, então, no amor aos homens e ao planeta terra, nossa mãe Gaia.”

Notas

- * Guilherme Lieven é formado em Teologia e pastor da IECLB no 1º pastorado da Paróquia de Vitória — ES.
- ** Sérgio Sauer é formado em Teologia pela IECLB, mestre em Filosofia da Religião e doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).
- 1 Sobre este tema ver Octávio IANNI, *Teorias da globalização*, Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1995.
- 2 Jacques DERRIDA, *Specters of Marx : The State of the Debt, the Work of Mourning, and the New International*, New York : Routledge, 1994, p. 45.
- 3 Hugo ASSMANN, *Crítica à lógica da exclusão : ensaios sobre economia e teologia*, São Paulo : Paulus, 1994, p. 20.
- 4 Ulrich BECK, A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva, in: Anthony GIDDENS et al., *Modernização reflexiva : política, tradição e estética na ordem social moderna*, São Paulo : UNESP, 1995, p. 15.
- 5 ID., *ibid.*, p. 15 e 16.
- 6 Anthony GIDDENS, *As conseqüências da modernidade*, São Paulo : UNESP, 1991, p. 82.
- 7 Marc AUGÉ, *Não-lugares : introdução a uma antropologia da supermodernidade*, Campinas : Papirus, 1994, p. 32.

- 8 Milton SANTOS, *A natureza do espaço* : técnica e tempo; razão e emoção, São Paulo : Hucitec, 1997, p. 262.
- 9 Anthony GIDDENS, A vida em uma sociedade pós-tradicional, in: Anthony GIDDENS et al., *Modernização reflexiva*, 1995, p. 75.
- 10 Milton SANTOS, op. cit., p. 252.
- 11 Anthony GIDDENS, op. cit., p. 114.
- 12 Renato ORTIS, *Um outro território* : ensaios sobre a mundialização, São Paulo : Olho d'Água, 1997, p. 80.
- 13 Alain TOURAINE, *Crítica da modernidade*, Petrópolis : Vozes, 1995, p. 144 e 145.
- 14 Renato ORTIS, op. cit., p. 84.
- 15 ID., *ibid.*, p. 20 e 21.
- 16 Jürgen HABERMAS, *O discurso filosófico da modernidade*, Lisboa : Dom Quixote, 1990, p. 46.
- 17 Alain TOURAINE, op. cit., p. 220.
- 18 Ver Anthony GIDDENS, *Para além da esquerda e da direita* : o futuro da política radical, São Paulo: UNESP, 1994, p. 106ss.
- 19 ID., *ibid.*, p. 23.
- 20 Ulrich BECK, op. cit., p. 28.
- 21 ID., *ibid.*, p. 32.
- 22 Scott LASH, A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade, in: Anthony GIDDENS et al., *Modernização reflexiva*, p. 188.
- 23 ID., *ibid.*, p. 196.
- 24 "(...) a cultura do simulacro entrou em circulação em uma sociedade em que o valor de troca se generalizou a tal ponto que mesmo a lembrança do valor de uso se apagou (...)" e a imagem passou a ser a forma final de reificação da sociedade moderna. Fredric JAMESON, *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*, São Paulo : Ática, 1997, p. 45.
- 25 Anthony GIDDENS, *Para além da esquerda e da direita*, p. 13.
- 26 "A superposição de signos, a reprodução de imagens e simulações resultam numa perda do significado estável e numa estetização da realidade, na qual as massas ficam fascinadas pelo fluxo infinito de justaposições bizarras, que levam o espectador para além do sentido estável." Mike FEATHERSTONE, *Cultura de consumo e pós-modernismo*, São Paulo : Studio Nobel, 1995, p. 34.
- 27 A palavra "ecumenismo" (do grego *oikoumene*) foi usada pela primeira vez em 1919 por um arcebispo luterano de Uppsala, Suécia. Ele escreveu um artigo convocando um "Conselho Ecumênico das Igrejas".
- 28 Wolfhart PANNENBERG, ap. Enrique CAMBÓN, *Fazendo ecumenismo* : uma exigência evangélica e uma urgência histórica, São Paulo : Cidade Nova, 1994, p. 20.
- 29 "No entanto, o que foi perdido não é a capacidade de estender a 'ontologia da paz' para dentro do contexto social. O que foi perdido foi, precisamente, a capacidade de pensar teologicamente a natureza do conflito e crise sociais, isto é, a natureza teológica da diferença como se manifesta a si mesma na existência social." Vitor WESTHELLE, *Crisis of society — crisis of the Church?*, Chicago : LSTC, 1997, p. 4 (não publicado).
- 30 *Koinonia* : Revista Semestral de Estudos e Pesquisas em Religião, v. IX, n. 9, p. 18, jun. 1994.
- 31 Jürgen MOLTSMANN, Pentecostes e a teologia da vida, *Concilium*, v. 265, n. 3, p. 143-152, 1996.

Guilherme Lieven

Caixa Postal 01-429

29001-970 Vitória — ES

Sérgio Sauer

SQS 408 — Bloco A, ap. 208 - Asa Sul

70257-010 Brasília — DF